

MARX
E A CRÍTICA
DO MODO
DE REPRESENTAÇÃO
CAPITALISTA

**JORGE
GRESPLAN**



© Boitempo, 2019

Direção editorial Ivana Jinkings
Edição Bibiana Leme
Coordenação de produção Livia Campos
Assistência editorial Andréa Bruno
Preparação Mariana Echalar
Revisão Thaís Nicoleti
Capa Maikon Nery
Diagramação Crayon Editorial

Equipe de apoio: Ana Carolina Meira, André Albert, Artur Renzo, Carolina Mercês, Clarissa Bongiovanni, Débora Rodrigues, Elaine Ramos, Frederico Indiani, Heleni Andrade, Higor Alves, Isabella Marcatti, Ivam Oliveira, Joanes Sales, Kim Doria, Luciana Capelli, Marina Valeriano, Marlene Baptista, Maurício Barbosa, Raí Alves, Talita Lima, Tulio Candiotto

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

G852m

Grespan, Jorge Luís da Silva
Marx e a crítica do modo de representação capitalista / Jorge Luís da Silva Grespan.
- 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2019.

ISBN 978-85-7559-699-9

1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Economia marxista. 3. Capital (Economia). 4. Filosofia marxista. I. Título.

19-56527

CDD: 335.4
CDU: 330.85

Leandra Felix da Cruz - Bibliotecária - CRB-7/6135

É vedada a reprodução de qualquer
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: maio de 2019

BOITEMPO EDITORIAL
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373
05442-000 São Paulo SP
Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3875-7285
editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br
www.blogdaboitempo.com.br | www.facebook.com/boitempo
www.twitter.com/editoraboitempo | www.youtube.com/tvboitempo

I. COMEÇANDO PELO FINAL

O projeto de escrever uma “crítica da economia política” surge, na cabeça de Marx, já em 1844¹. Mas só bem mais tarde, depois de minuciosos estudos sobre a obra de muitos economistas, depois de abrangentes pesquisas para redigir artigos de jornal, em especial para o *New York Daily Tribune*, e sob a urgência da crise econômica de 1857, é que Marx decide executá-lo. Em curto espaço de tempo, entre os meses de julho de 1857 e maio de 1858, ele redige as muitas centenas de páginas que serão publicadas cerca de oitenta anos mais tarde com o título de *Fundamentos da crítica da economia política*, hoje conhecidas como *Grundrisse*. De fato, trata-se ali de “fundamentos”, isto é, da primeira versão da obra que seria várias vezes reformulada adiante. Essa versão original correspondia ao começo de um extenso programa dividido em seis livros: “do capital; da propriedade da terra; do salário; do Estado; o comércio internacional; o mercado mundial”². Mas só o primeiro livro, “do capital”, propunha subdivisões: “1) valor; 2) dinheiro; 3) capital em geral (processo de produção do capital, processo de circulação do capital, unidade de ambos ou

¹ De fato, tratava-se de uma “crítica da política e da economia política”, para cuja redação Marx talvez tivesse escrito em 1844 as notas publicadas apenas em 1932, sob o título de *Manuscritos econômico-filosóficos* ou *Manuscritos de Paris*, e para cuja publicação Marx assinou contrato com o editor Karl Leske, de Darmstadt, em 1º de fevereiro de 1845, como relata a carta a Annenkov de 28 de dezembro de 1846 e a Weydemeyer em 1º de agosto de 1849 (MEGA III/2, p. 70; MEGA III/3, p. 37 [MEW 27, p. 451 e 506]).

² Conforme carta a Lassalle, em 22 de fevereiro de 1958 (MEGA III/9, p. 72-3 [MEW 29, p. 550-1]), que desenvolve o projeto exposto na introdução escrita em agosto de 1857, dividida em cinco itens (MEGA II/1.1, p. 43 [MEW 42, p. 42; *Grundrisse*, p. 61]).

capital e lucro, juros)³. Esse plano inicial seria modificado, os três últimos livros não chegariam a ser escritos, parte dos livros sobre a propriedade da terra e sobre o salário seria incorporada ao primeiro livro, “do capital”, que acabaria constituindo o objeto inteiro do planejado estudo da sociedade burguesa.

Toda essa história já foi bastante discutida, mas a publicação, em 1992, dos manuscritos referentes ao Livro III de *O capital* trouxe novos elementos à discussão⁴, sobre os quais, para os propósitos deste trabalho, é necessário fazer alguns comentários.

Por certo Marx deixou semielaborado o material para o segundo e o terceiro livros de *O capital*, com algumas partes quase prontas e outras, como a famosa quinta seção do Livro III – sobre o capital a juros –, em estado rudimentar. E por certo, também, o exame desse material evidencia o papel ativo de Engels na edição, enrijecendo conceitos e apresentando ao leitor suas opções interpretativas como se fossem do próprio Marx. Mais do que aspectos pontuais de conteúdo, entretanto, o que importa aqui é o sentido do todo, a crítica em suas várias etapas

³ Conforme carta a Engels de 11 de março de 1858 (MEGA III/9, p. 99 [MEW 29, p. 553]). Logo depois, numa carta de 2 de abril de 1858, Marx detalha de outro modo o livro sobre o capital: “a) capital *en général* (é a matéria do primeiro caderno); b) a concorrência ou a ação dos muitos capitais uns sobre os outros; c) crédito, em que o capital dos capitalistas individuais aparece diante de um elemento geral; d) o capital acionário como a forma acabada (passando ao comunismo), com todas suas contradições” (“a) Capital en général (*Dieß ist der Stoff des ersten Hefts*); b) Die *Concurrenz* od. die Aktion der vielen Capitalien auf einander; c) *Credit*, wo das Capital den einzelnen Capitalien gegenüber als allgemeines Element erscheint; d) Das *Actiencapital* als die vollendete Form (zum Communismus überschlagend.) zugleich m. allen seinen Widersprüchen”) (MEGA III/9, p. 122-3 [MEW 29, p. 312]).

⁴ Sobre a história da publicação de *O capital* desde os *Grundrisse*, o comentário de Roman Rosdolsky (*Gênese e estrutura de O capital de Marx*, trad. Cesar Benjamin, Rio de Janeiro, Eduerj/Contraponto, 2001, p. 27-35) ainda me parece uma ótima introdução. Em 1992, a MEGA publicou os manuscritos de Marx de 1864-1865 (MEGA II/4.2), a partir dos quais foi feita a edição do Livro III em 1894 (MEGA II/15). A inevitável comparação dos dois textos permitiu ver que Engels não havia se limitado a pequenas intervenções, sempre entre colchetes e marcadas com o “F.E.”. Ao contrário, o texto de Marx havia sido alterado com inclusões e exclusões que, muitas vezes, modificavam muito o sentido original. Surgiu daí um debate, cujos pontos altos são os seguintes artigos: Carl-Erich Vollgraf e Jürgen Jungnickel, “‘Marx in Marx’ Worten? Zu Engels’ Edition des Hauptmanuskripts zum dritten Buch des Kapital”, *MEGA-Studien*, Berlim, Dietz, v. 2, 1994, p. 3-55; Carl-Erich Vollgraf, “Kontroversen zum III. Buch des Kapital”, *MEGA-Studien*, Berlim, Dietz, v. 2, 1996, p. 86-108; Terrell Carver, “‘Marx-Engels’ or ‘Engels v. Marx?’”, *MEGA-Studien*, Berlim, Dietz, v. 2, 1996, p. 79-85; Michael Heinrich, “Engels’ Edition of the Third Volume of Capital and Marx’ Original Manuscript”, *Science & Society*, v. 60, n. 4, 1996-1997, p. 452-66. Embora o debate tenha amainado depois dos anos 1990, ainda aparecem textos importantes sobre ele, como a introdução escrita por Fred Moseley para a recente tradução inglesa dos manuscritos de 1864-1865.

e o momento em que se completa. Lendo apenas o Livro I de *O capital*, por exemplo, parece que a crítica tem como fulcro a exploração direta do trabalhador pelo capitalista, dissimulada pela igualdade jurídica de ambos no mercado de trabalho e obscurecida pelas formas sociais mais complexas, como as da obtenção de mais-valor relativo. Mas a crítica vai além disso. Torna-se necessário entender os mecanismos sofisticados de inversão e ocultamento de toda essa esfera de produção e constituição do capital apresentada no Livro I. Era a isso que o projeto original da “crítica da economia política” visava desde sempre, ao partir do “capital em geral” para chegar à concorrência entre capitalistas, ao sistema de crédito e à propriedade da terra. Enquanto o “capital em geral” define “leis econômicas” pela relação constitutiva entre o capital e o trabalho, a esfera da concorrência, do crédito e da propriedade da terra determina o modo como essas “leis” se realizam⁵. Em uma primeira aproximação, pode-se afirmar que, nesse ponto de chegada, a crítica gira em torno do fetichismo do capital.

Retomemos a história. Marx decide imprimir o livro sobre o capital em partes⁶ e, em 1859, publica um primeiro volume, referente aos itens 1 e 2 do seu plano – “valor e dinheiro”, já transformados em “mercadoria e dinheiro”⁷. Mas, quando, em seguida, preparava o volume referente ao item 3 – o “capital em geral” –, percebeu que o manuscrito de base – os *Grundrisse* – ainda deveria ser amadurecido. Ele volta ao estudo, entre 1861 e 1863, retomando e aprofundando a leitura dos economistas⁸. É nesse momento que começa a mudar o primeiro projeto já pelo título da obra central, que passa a se chamar *O capital*, rebaixando “crítica da economia

⁵ “A concorrência, essa locomotiva essencial da economia burguesa, em geral não estabelece suas leis, e sim as executa. Por isso, a *illimited competition* [competição ilimitada] não é o pressuposto da verdade das leis econômicas, e sim a consequência – a forma de aparecimento na qual sua necessidade se realiza” (“Die Konkurrenz überhaupt, diese wesentliche Locomotor der bürgerlichen Oekonomie, etablirt nicht ihre Gesetze, sondern ist deren Executor. Illimited Competition ist darum nicht die Voraussetzung für die Wahrheit der ökonomischen Gesetze, sondern die Folge – die Erscheinungsform, worin sich ihre Nothwendigkeit realisirt”) (MEGA II/1.2, p. 448 [MEW 42, p. 457; *Grundrisse*, p. 456]).

⁶ Ver carta a Lassalle de 12 de novembro de 1858 e a Engels de 15 de janeiro de 1859 (MEGA III/9, p. 238-9 e 275 [MEW 29, p. 566-7 e 383]).

⁷ Só ao chegar ao fim da redação dos *Grundrisse* Marx percebe a necessidade de iniciar não pelo dinheiro, e daí passar ao capital, e sim pela mercadoria, “primeira categoria em que se apresenta a riqueza burguesa” (“Die erste Kategorie, worin sich der bürgerliche Reichthum darstellt ist”), e dela deduzir o dinheiro (MEGA II/1.2, p. 740 [MEW 42, p. 767; *Grundrisse*, p. 756]). Em 1859, ele publica *Para a crítica da economia política*, com os capítulos “Mercadoria” e “Dinheiro” (MEGA II/2 [MEW 13]).

⁸ Quase metade dessas notas de leitura, mais exatamente 5 de 23 cadernos, será editada por Kautsky entre 1905 e 1911 com o título *Teorias do mais-valor* [também traduzido como *Teorias da mais-valia*], correspondendo ao planejado Livro IV de *O capital*, proposto no projeto de 1865 conforme carta a Engels já em 31 de julho de 1865 (MEGA III/13, p. 509-10 [MEW 31, p. 131-2]).

política” a subtítulo⁹, uma decisão que vem, muito provavelmente, da compreensão cada vez mais nítida do papel dominante do capital no todo da sociabilidade burguesa¹⁰. Essa compreensão implica apresentar o capital, em primeiro lugar, na sua pura relação com o trabalho assalariado, pois formas sociais como a renda da terra e formas de capital anteriores à do capital industrial – o capital mercantil e o capital a juros – adotam uma nova função social quando inscritas na acumulação produtiva. Já nos *Grundrisse* a ideia era essa; por isso, só depois de “o capital em geral” podia vir a terceira e última seção, intitulada “o capital trazendo frutos, juros, lucro”. Mas, não por acaso, ela começa pela definição do capital como “sujeito” da autovalorização, continuando as seções precedentes, sem desenvolver bem o tema, restrito a cerca de trinta páginas e centrado ainda na relação do lucro com o salário. De todo modo, o que mais importa é o fato de Marx ter deixado claro já aí seu plano de completar o livro sobre o capital com uma investigação sobre juros e concorrência entre capitalistas.

Os manuscritos de 1861-1863 confirmam essa disposição: começam com o processo de produção do capital “em geral” e terminam com a relação de “capital e lucro” e alguns exercícios de cálculo de juros simples e compostos¹¹. Mas eles introduzem uma diferença crucial. O estudo da renda da terra, sobretudo na versão ricardiana, que Marx retomou em 1862, altera o conceito de “preço”. Não é possível considerar, como fez Ricardo, que a renda diferencial não influencie o preço dos grãos e, daí, dos produtos em geral. Esse tema será discutido com algum detalhe adiante. Aqui já se pode dizer, contudo, que a afirmação de Ricardo baseia-se no pressuposto de que a extensão da área cultivada sempre se fará dos terrenos mais férteis para os menos férteis, que exigem mais trabalho para produzir grãos e cujo produto, assim, contém mais valor do que o produto dos terrenos mais férteis. É esse valor mais alto que eleva o preço do produto em geral e permite que seja embutida uma renda no preço do produto dos terrenos mais férteis. Portanto,

⁹ Ver carta a Kugelmann de 28 de dezembro de 1962: “É a continuação do caderno I, mas aparecerá de modo independente sob o título ‘O capital’ e ‘Para a crítica da economia política’ só como subtítulo” (“Es ist die Fortsetzung von Heft I, erscheint aber selbständig unter dem Titel ‘Das Capital’ u. ‘Zur Kritik der Pol. Oek.’ Mur als Untertitel”) (MEGA III/12, p. 296-7 [MEW 30, p. 639-41]).

¹⁰ Nas palavras da conhecida introdução aos *Grundrisse*, de 1857: “O capital é o poder econômico todo-dominante da sociedade burguesa. Ele deve constituir o ponto de partida e o ponto de chegada e ser desenvolvido antes da propriedade da terra” (“Das Capital ist die alles beherrschende ökonomische Macht der bürgerlichen Gesellschaft. Es muss Ausgangspunkt, wie Endpunkt bilden und vor dem Grundeigentum entwickelt werden”) (MEGA II/1.1, p. 42 [MEW 42, p. 41; *Grundrisse*, p. 60]).

¹¹ Ver MEGA II/3.1 para o processo de produção do capital; MEGA II/3.5 para o lucro; e MEGA II/3.6 para o capital a juros.

Ricardo pode garantir que o preço mais alto do grão não decorre da renda paga pela propriedade da terra; apenas permite que a renda seja paga. Marx expõe esses argumentos de Ricardo e os critica, apontando a unilateralidade da ideia ricardiana de expansão da agricultura, pois nem sempre ela deve seguir dos terrenos mais férteis para os menos férteis; nem sempre uma maior quantidade de trabalho é exigida pela expansão agrícola, aumentando o valor do produto; nem sempre um aumento de valor está por trás de um aumento de preço. É sintomático que Ricardo desconsidere a renda absoluta, isto é, a renda que deve ser paga já como remuneração da mera propriedade da terra, independentemente de sua fertilidade. E é sintomático que Marx tenha em tão alta conta a renda absoluta como a forma mais geral de renda, sobre a qual se pode firmar o direito à renda diferencial, mais do que sobre uma qualidade natural da terra. Trata-se, antes de tudo, do direito conferido pelo título de propriedade; é ele que está na base da diferença entre o valor do produto e o seu preço, pois no preço está embutida, sim, a renda devida ao proprietário¹².

A partir daí, Marx pôde se dedicar à redação da seção final do seu plano de estudo. Pois, embora a renda da terra fosse uma antiga preocupação sua, com destaque já nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844¹³, até a fase de 1861-1863 o interesse se concentrava na dimensão social e política do direito do proprietário da terra de se apropriar de uma parte da riqueza produzida pelo trabalhador. Isso se mantém, mas com ênfase na dimensão especificamente econômica da apropriação, ou seja, na parcela do produto social que o título de propriedade assegura ao proprietário. É como se ocorresse uma inversão da polaridade entre as duas dimensões, presentes desde sempre: se antes a finalidade de Marx era explicar a posição social da classe dos proprietários pela renda que lhes é destinada, depois passa a ser compreender a renda a partir da propriedade da terra.

Assim, no final dessa etapa de trabalho, em janeiro de 1863, Marx elabora um novo projeto de pesquisa¹⁴, no qual “divide a terceira seção, ‘capital e lucro’” de maneira mais detalhada do que no projeto de 1857. Desse modo, o item sobre a renda da terra surge indicado como “ilustração da diferença entre valor e preço de produção”, depois do estudo da concorrência entre os capitalistas industriais, do qual sai o conceito de “preço de produção” e que aparece, aliás, com o título não de “concorrência”, mas de “transformação do mais-valor em lucro”, da “taxa de mais-valor em taxa de lucro” e de valor em preço (de produção). O que está em jogo, portanto, é o modo como surge uma taxa de lucro e um lucro médio por meio da concorrência; como esse lucro médio estabelece preços médios, que Marx

¹² Ver MEGA II/3.3, p. 945-8 [MEW 26.2, p. 310-4; *Teorias da mais-valia*, v. II, p. 742-6].

¹³ Ver MEGA I/2, p. 351-63 [MEW 40, p. 497-510; *Manuscritos econômico-filosóficos*, p. 61-77].

¹⁴ Ver MEGA II/3.5, p. 1861 [MEW 26.1, p. 390; *Teorias da mais-valia*, v. I, p. 408].

chama aqui de “preços de produção”, e como, no espaço entre o valor e o preço de produção, se instala a renda devida pelos capitalistas aos proprietários dos recursos naturais. Só então aparece o item relativo à “separação do lucro em lucro industrial e juros, o capital mercantil e o capital-dinheiro” e, por fim, o dos “rendimentos e suas fontes” e o da “economia vulgar”. Dessa forma, a renda da terra está integrada em definitivo ao exame do capital, bem como o “crédito”, que constava como uma seção à parte no projeto que Marx apresenta a Engels na carta de 11 de março de 1858 citada na nota 3 (p. 26); ele nem pretende mais tratar do sistema de “crédito”, e sim da mera “separação do lucro em lucro industrial e juros”.

Essa mudança fundamental do plano é mantida na continuação imediata do trabalho de Marx, os manuscritos de 1863-1867, que servirão de nova base para *O capital*. As três formas sociais que só deveriam ser apresentadas mais tarde – concorrência, crédito e renda da terra – integram-se ao primeiro livro apenas parcialmente, dando a impressão de que Marx não havia abandonado o projeto dos seis livros acima mencionado. De fato, em relação ao crédito, os manuscritos de 1863-1867 advertem que se restringirão ao capital a juros, pois “a análise do sistema de crédito e dos instrumentos por ele criados, tais como o dinheiro de crédito etc., fica fora do nosso plano”¹⁵. O mesmo ocorre com o problema da renda fundiária. Nesses manuscritos, Marx começa a seção a ela correspondente avisando: “A análise da *propriedade da terra* em suas diversas formas históricas encontra-se além dos limites deste trabalho. Nós nos ocupamos com ela apenas na medida em que uma parte do *mais-valor* criado pelo capital reverte ao proprietário de terra”¹⁶.

Interessantes são os grifos de Marx no texto. Pois “propriedade da terra” era justamente o título do segundo livro no plano de 1857, que talvez contemplasse as “suas diversas formas históricas”, agora postas de lado em nome do objetivo específico de examinar como “uma parte do mais-valor [...] reverte ao proprietário de terra”. Por fim, também a concorrência é incorporada de modo restrito, quando Marx diz que “mais detalhes sobre ela estão fora dos nossos limites, pois devem ser desenvolvidos no tratado *Sobre a concorrência*”¹⁷. Estava ainda no plano escrever

¹⁵ “Die Analyse des Creditwesens und der Instrumente, die es sich schafft, wie des Creditgeldes u.s.w. liegt ausserhalb unsres Plans” (MEGA II/4.2, p. 469 [MEW 25, p. 413; *O capital III*, p. 451]).

¹⁶ “Die Analyse des *Grundeigentums* in seinen verschiedenen historischen Formen liegt jenseits der Grenzen dieses Werks. Wir beschäftigen uns nur mit ihm, so weit ein Theil des vom Capital erzeugten *Mehrwerts* dem Grundeigentümer anheimfällt” (MEGA II/4.2, p. 667 [MEW 25, p. 627; *O capital III*, p. 675]). Assim como na citação anterior, sobre o crédito, a advertência vem já no começo do capítulo.

¹⁷ “Die weitren Details hierüber fallen ausserhalb unsrer limits, weil sie zu entwickeln in der Abhandlung *Ueber die Concurrenz*” (MEGA II/4.2, p. 270 [MEW 25, p. 207; *O capital III*, p. 232]).

um “tratado” sobre a concorrência, o que parece ter sido o caso inclusive do crédito e da propriedade da terra.

Mas trazer para o livro sobre o capital a discussão sobre a propriedade da terra como “renda da terra”, do crédito como “capital portador de juros” e da concorrência como “transformação do mais-valor em lucro” implica uma mudança significativa no projeto. O novo tratamento da renda da terra exigiu uma antecipação do tratamento da concorrência para definir conceitos como “lucro médio” e “preço de produção” que fossem distintos dos de “mais-valor” e “valor”, mas deles derivados por um processo de “transformação”, pelo qual, por sua vez, ocorre a passagem complexa do âmbito da constituição do capital na sua relação com o trabalho assalariado para o âmbito das formas de manifestação das “leis imanentes”. Mesmo essa incorporação específica da concorrência à alçada do livro sobre o capital já foi suficiente para descaracterizar o conceito de “capital em geral”, que, de fato, deixa de ser mencionado por Marx a partir de 1864.

Sobre esse caso, há um conjunto de textos também reveladores. Para ficarmos com apenas dois deles, Marx diz que “os fenômenos que investigamos neste § exigem, para o seu pleno desenvolvimento, o sistema de crédito e a concorrência no mercado mundial, que forma em geral a base do modo de produção capitalista e que é necessário como sua *sphere of action* [esfera de ação]. Mas essas – formas mais concretas da produção capitalista só podem 1) ser apresentadas depois de ser concebida a natureza geral do capital e 2) ficam fora do plano do nosso trabalho e pertencem à sua eventual continuação” (“die Phänomene, die wir in diesem § untersuchen, bedürfen zu ihren vollen Entwicklung des Creditwesens und der Concurrenz auf dem Weltmarkt., der überhaupt die Basis der capitalistischen Productionsweise bildet, dessen sie jedenfalls als ihre sphere of action bedarf. Diesen – konkreteren Formen der capitalistischen Production können aber 1) nur dargestellt werden, nachdem die allgemeine Natur des Capitals begriffen ist, und 2) liegt dieß ausser dem Plan unsres Werks und gehört seiner etwaigen Fortsetzung an”) (MEGA II/4.2, p. 178 [MEW 25, p. 120; *O capital III*, p. 140]). Ou, ainda, no final do Livro III, ao tratar da “fórmula trinitária”: “Na apresentação da *coisificação das relações de produção* e da sua *autonomização* diante dos próprios agentes de produção, não partimos da maneira como para eles os nexos do mercado mundial, suas conjunturas, o movimento dos preços de mercado, os períodos de crédito, ciclos da indústria e do comércio, as várias épocas de prosperidade, crise etc., aparecem como *leis naturais todo-poderosas* que os dominam involuntariamente sob *necessidade cega* e que assim se fazem valer. Não o fazemos porque o movimento efetivo da concorrência etc. fica fora do nosso plano, e só temos de apresentar a organização interna do modo de produção capitalista em sua média ideal, por assim dizer” (“In der Darstellung der *Versachlichung der Produktionsverhältnisse* und ihrer *Verselbständigung* gegen die Produktionsagenten selbst, gehen wir nicht ein auf die Art und Weise, wie die Zusammenhänge durch den Weltmarkt, seine Conjuncturen, die Bewegung der Marktpreise, die Periode des Credits, Cyclen der Industrie und des Handels, die verschiednen Epochen von Prosperity, Crise, etc ihnen als *übermächtige*, sie willenlos beherrschende *Naturgesetze* und blinde *Nothwendigkeit* erscheinen und sich als solche ihnen gegenüber geltend machen. Deswegen nicht, weil die wirkliche Bewegung der Konkurrenz etc ausserhalb unsres Plans liegt und wir nur die innere Organisation der capitalistische Produktionsweise, so zu sagen in ihrem idealen Durchschnitt darzustellen haben”) (MEGA II/4.2, p. 852-3 [MEW 25, p. 839; *O capital III*, p. 893]).

A alteração do título da obra para *O capital* corresponde, assim, a uma alteração no objetivo do que seria o primeiro livro do plano original de 1857. O livro adquire uma consistência própria, uma independência em relação aos livros de uma “eventual continuação” da obra, nos termos do texto citado na nota 17 (p. 30-1). Marx abandona a publicação iniciada em 1859, inclui seu conteúdo no começo de *O capital* e projeta agora redigi-lo em dois ou três volumes. Ele oscila ainda quanto ao material destinado a cada volume¹⁸, mas acaba decidindo deixar o processo de produção capitalista no primeiro volume, o processo de circulação no segundo e, no terceiro, as “figuras do processo total” – título que, como se sabe, foi modificado para “O processo total da produção capitalista” na edição de Engels do Livro III, feita em 1894.

Uma vez alcançado esse nível de maturação, Marx só via sentido em lançar os três volumes ao mesmo tempo. Em carta a Engels de 31 de julho de 1865, ele se refere à possibilidade de remeter uma parte antecipadamente ao editor:

Não consigo me decidir a enviar alguma coisa antes de ter o conjunto diante de mim. *Whatever shortcomings they may have* [apesar de quaisquer deficiências que possam ter], uma vantagem dos meus escritos é que eles são um todo artístico, e só consegui isso pelo fato de nunca os publicar antes que estivessem diante de mim em sua *totalidade*. [...] isso é impossível e em geral cai melhor para escritos que não são articulações dialéticas.¹⁹

Apesar de, mais tarde, Marx ter aceitado publicar o Livro I antes dos demais, por sugestão de Engels²⁰, ele continuava a considerar os três volumes como “um todo artístico”, uma “totalidade” resultante das “articulações dialéticas” entre suas

¹⁸ De início, Marx pensa publicar sua obra em dois volumes (Carta a Liebknecht de 15 de janeiro de 1866, MEW 31, p. 497). Depois ele fala em publicar três volumes na carta a Kugelmann de 23 de agosto de 1866, mas em seguida escreve novamente a Kugelmann, em 13 de outubro de 1866, que serão “provavelmente três volumes”, e coloca no primeiro os Livros I e II, “processo de produção” e “processo de circulação do k”; no segundo, o Livro III, “Configuração do processo conjunto”; e no terceiro, o ainda mencionado Livro IV, “Sobre a história da teoria” [MEW 31, p. 520-1 e 533-4]. Ele ainda volta a falar de dois volumes nas tratativas da publicação com o editor Meissner (Carta de 19 de outubro de 1867, MEW 31, p. 273-4). E, por fim, Meissner aceita quatro volumes, como Marx relata a Engels em 13 de abril de 1867 [MEW 31, p. 288], mas sugere deixar para depois o volume IV sobre História da Teoria da Economia Política.

¹⁹ “Ich kann aber mich nicht entschliessen irgend etwas wegzuschicken, bevor das Ganze vor mir liegt. *Whatever shortcomings they may have*, das ist der Vorzug meiner Schriften, daß sie ein artistisches Ganzes sind, u. das ist nur erreichbar mit meiner Weise sie nie drücken zu lassen, bevor sie *ganz* vor mir sind. Mit dem Jacob Grimmschen Methode ist es unmöglich u. geht überhaupt besser für Schriften, die kein dialektisch Gegliedertes sind” (MEGA III/13, p. 509-10 [MEW 31, p. 132]).

²⁰ Ver carta de Marx a Engels de 13 de fevereiro de 1866 [MEW 31, p. 178-9].

partes. Não se pode, portanto, compreender o sentido dessa “totalidade” só pela leitura do primeiro volume. É certo que o processo de produção do capital estabelece o fundamento de seu sistema social e que o capital industrial domina porque obtém excedente de valor a partir da esfera da produção; mas esse mesmo domínio só se completa com a reprodução do capital, examinada no segundo volume, e com o “processo total” que compõe o terceiro.

No volume que, afinal, foi o único que publicou em vida, o próprio autor já anunciava:

O capitalista que produziu o mais-valor, isto é, que extraiu o trabalho não pago dos trabalhadores e o fixou em mercadorias, é o primeiro, de fato, a se apropriar dele, mas não é de modo algum seu último proprietário. Depois, ele deve dividi-lo com capitalistas que executam outras funções no conjunto da produção social, com o proprietário da terra etc. O mais-valor se cinde em diversas partes. Suas frações cabem a diversas categorias de pessoas e recebem diversas formas, mutuamente autonomizadas, como o lucro, os juros, o ganho comercial, a renda da terra etc. Essas formas transmutadas do mais-valor só podem ser tratadas no Livro III.²¹

O capitalista industrial extrai o mais-valor, mas depois o divide “com capitalistas que executam outras funções” do capital social, funções que, apesar de cruciais no todo da reprodução do sistema, não podem ser entendidas como extração do mais-valor, não podem ser estudadas no âmbito do Livro I. Essa “cisão em diversas partes”, essa repartição do mais-valor original em “diversas formas, mutuamente autonomizadas”, associadas a “diversas categorias de pessoas”, constitui a matéria do Livro III.

Formas como “o lucro, o ganho comercial, a renda da terra” e, podemos acrescentar, os juros vinculam-se aos diversos grupos sociais que Marx cuidadosamente

²¹ “Der Kapitalist, der den Mehrwerth producirt, d.h. unbezahlte Arbeit unmittelbar aus den Arbeitern auspumpt und in Waaren fixirt, ist zwar der erste Aneigner, aber keineswegs der letzte Eigenthümer dieses Mehrwerths. Er hat ihn hinterher zu theilen mit Kapitalisten, die andre Funktionen im Großen und Ganzen der gesellschaftlichen Produktion vollziehen, mit dem Grundeigenthümer u. s. w. Der Mehrwerth spaltet sich daher in verschiedne Theile. Seine Bruchstücke fallen verschiednen Kategorien von Personen zu und erhalten verschiedne, gegen einander selbständige Formen, wie Profit, Zins, Handelsgewinn, Grundrente u. s. w. Diese verwandelten Formen des Mehrwerths Können erst im Dritten Buch behandelt werden” (MEGA II/10, p. 505 [MEW 23, p. 589; *O capital I*, p. 639]). Na primeira edição de *O capital* (1867), em vez de “recebem diversas formas”, está escrito “cristalizam-se em diversas formas autônomas em relação umas às outras” (“*krystallisiren zu verschiednen, gegen einander selbständigen Formen*”) (MEGA II/5, p. 456).

chama de “categorias”, e não de “classes”, termo reservado para a oposição social fundante entre capitalistas em geral e trabalhadores assalariados. A distribuição do mais-valor total em suas “diversas formas” define essas “diversas categorias” de capitalistas em suas respectivas “funções no conjunto da produção social”. O modo pelo qual as formas se “autonomizam” e, assim, se determinam como “formas” deverá ser tema de estudo na segunda parte deste livro. Isso tem a ver com o fetichismo do capital e com a relação entre “apresentação” e “representação”. Mas aqui já é possível ressaltar a importância e o sentido dessas formas na “articulação dialética” dos três livros ou volumes de *O capital*.

O exame das formas de distribuição do mais-valor está por trás do novo projeto da obra de “crítica da economia política” e é visível na restrição temática indicada acima, que passa da “propriedade da terra” para a “renda da terra”, do “sistema de crédito” para “o capital portador de juros” e da “concorrência” para a “transformação” de mais-valor em lucro e de valor em preço. Pois, voltando a um texto citado antes, Marx diz que se ocupa da renda da terra “apenas na medida em que uma parte do mais-valor criado pelo capital reverte ao proprietário de terra”, isto é, em que a renda resulta de um direito de apropriação de “uma parte do mais-valor”. Por isso, ele destaca a importância da renda absoluta sobre a renda diferencial e, de fato, começa o capítulo dedicado à renda, nos manuscritos de 1863-1867, pela renda absoluta, embora tenha indicado que na versão final a ordem deveria ser invertida²². Quanto ao crédito, o simples título do item correspondente no projeto de 1863, “separação do lucro em lucro industrial e juros”, evidencia a intenção de definir “juros” como derivados de um “lucro” inicial, genérico, do qual também deriva um “lucro industrial”. Supõe-se, assim, que esse lucro inicial resulte de uma “transformação” prévia do mais-valor pela concorrência entre os capitalistas e depois seja desdobrado em “lucro industrial” e “juros” pagos pelo industrial ao seu credor. Em todos os casos, há uma distribuição do mais-valor entre “diversas categorias” de capitalistas.

Enquanto a terceira seção dos *Grundrisse* se limita a apontar a concorrência, o crédito e a propriedade da terra como esfera em que as “leis” imanentes do capital se realizam²³, o Livro III de *O capital* vai mais longe; nele, as formas de distribuição

²² “Em b) deve-se considerar primeiro a *renda diferencial*, e esta é *supposed* [suposta] ao considerar-se c)” (“Unter b) ist vorher die *Differentialrente* zu behandeln, und dieses ist *supposed* bei der Behandlung von c)”) (MEGA II/4.2, p. 690). A edição de Engels do Livro III obedece a essa inversão indicada por Marx.

²³ “Conceitualmente a *concorrência* não é senão a *natureza interna do capital*, sua determinação essencial, que aparece e é realizada como ação recíproca dos muitos capitais uns sobre os outros, a tendência interna enquanto necessidade externa. (O capital existe e só pode existir enquanto muitos capitais, e sua autodeterminação aparece, por isso, como ação recíproca deles, uns sobre os outros.)” (“Begrifflich ist die *Concurrenz* nichts als die *innre Natur des Capitals*, seine weawntliche

do mais-valor são as “formas concretas” que se “aproximam passo a passo da forma na qual surgem na superfície da sociedade”²⁴. Isso não significa que Marx pretendesse descrever a realidade imediata; ele o faz apenas na medida em que a realidade é determinada pelos mecanismos de realização do próprio capital como “sujeito” predominante – esse, aliás, é o sentido da palavra “concreto”, como veremos. Por “superfície da sociedade” devem ser entendidas as formas de distribuição do mais-valor, pois elas, uma vez “mutuamente autonomizadas”, ocultam sua origem comum no mais-valor conjunto, mediante o modo peculiar da própria distribuição, que inverte os princípios da criação de valor e mais-valor e faz a “superfície” dissimular o fundamento.

Esse modo de distribuição, que será tema da próxima parte, foi desenvolvido por Marx a partir dos manuscritos de 1861-1863. Ao “lucro médio”, conceito já presente nos *Grundrisse*, somam-se as “despesas do capital”, em cada ramo capitalista, para gerar o “preço médio”. É só mais tarde, quando redige o texto para o Livro III, entre 1864 e 1865, que Marx supera em definitivo certas oscilações terminológicas e conceituais em relação ao “preço médio”, ao “preço de custo” e ao “preço de produção”, e dá uma forma coerente à teoria da distribuição. Esta cumpre um papel decisivo nesse momento que arremata *O capital*, e é chamada por Marx de “equalização”. Como veremos, a equalização sintetiza os processos da concorrência capitalista que tanto indicam as taxas médias quanto produzem desvios em relação a essas taxas, de novo impulsionando o movimento de determinação de médias.

Pela equalização, o mais-valor conjunto se distribui, contudo se manifesta em cada uma das formas sociais de modo diferente, articulando um todo efetivo ao qual deverá corresponder a “articulação dialética” que estrutura o Livro III. Em primeiro lugar, concorrem entre si os capitalistas industriais e, desse processo, descrito nas três seções iniciais do livro, resulta uma taxa média de lucro e distintos preços de produção. Depois, concorrem com eles capitalistas especializados na função comercial, que participam da equalização, mas não da criação de mais-valor. Essa forma mais complexa da equalização fez com que, já nos manuscritos de 1861-1863, aparecessem dois cadernos dedicados ao capital mercantil – o XV e parte do XVII, desenvolvidos no quarto capítulo dos manuscritos de 1864-1865 e convertidos na

Bestimmung, erscheinend und realisirt als Wechselwirkung der vielen Capitalien auf einander, die innre Tendenz als äusserliche Nothwendigkeit. (Capital existirt und kann nur existiren als viele Capitalien und seine Selbstbestimmung erscheint daher als Wechselwirkung derselben auf einander.)” (MEGA II/1.2, p. 326 [MEW 42, p. 327; *Grundrisse*, p. 338]).

²⁴ “Es gilt vielmehr die konkreten Formen auszufinden und darzustellen, welche aus dem Process des Capitals – als Ganzes betrachtet – hervorzunehmen. [...] Die Gestaltungen des Capitals, wie wir in diesem Buch entwickeln, nähern sich also schrittweis der Form, worin sie auf der Oberfläche der Gesellschaft [...] auftreten” (MEGA II/4.2, p. 7 [MEW 25, p. 33; *O capital III*, p. 53]).

quarta seção da edição de Engels²⁵. Seguem-se a essa seção as duas formas sociais estudadas muito antes por Marx, isto é, a renda da terra e o capital a juros, mas, sintomaticamente, na ordem inversa à do projeto de 1863. Em 1863, conforme já referido acima, a seção sobre a renda vinha antes da seção sobre os juros, pois a meta era explicar a composição do preço pela “transformação” dos valores. A “transformação” agora é considerada por Marx como parte componente da equalização, e o essencial é explicar a distribuição do mais-valor por um princípio distinto do princípio da produção do valor, como veremos logo adiante; um princípio de distribuição que apresenta o capital a juros antes da remuneração aos proprietários da terra e que faz a renda depender, até certo ponto, do crédito. Por isso, o capital a juros será tratado no quinto capítulo, e a renda da terra, no sexto capítulo dos manuscritos de 1864-1865 (quinta e sexta seções da edição de Engels do Livro III).

Essa sequência bem articulada do Livro III não foi alterada nas fases posteriores da pesquisa de Marx. Logo depois da primeira edição alemã do Livro I, em 1867, ele se dedica principalmente a elaborar o material do Livro II; no que se refere ao Livro III, é preciso registrar uma importante modificação do começo, mantida mais tarde por Engels, em que Marx introduz o “preço de custo” com o “lucro” no primeiro item, antes de passar à “transformação” do mais-valor em lucro, como constava no manuscrito anterior²⁶. Isso melhora a abordagem, mas não altera em nada a ordem geral da obra. De fato, uma carta a Engels em 30 de abril de 1868 repete a divisão do Livro III nas sete partes do manuscrito de 1864-1865 e explica: “No Livro III chegamos à transformação do mais-valor nas suas formas diversas e nas suas partes mutuamente separadas”²⁷, confirmando que a finalidade era apresentar as formas de distribuição. A seguir, Marx suspende o trabalho nos Livros II e III para reformular o Livro I e lançar uma segunda edição alemã com uma edição francesa, em 1872. Nas ocasiões em que volta ao Livro III, entre 1873 e 1883, ano de sua morte, Marx busca atualizar as informações sobre o sistema bancário, de crédito e de sociedades por ações, consciente de que o material de 1864-1865 ainda precisava ser bastante desenvolvido²⁸. Também em relação à seção sobre a renda da

²⁵ Ver MEGA II/3.5, p. 1545-97 e 1682-701; e MEGA II/4.2, p. 341-410, correspondendo a MEGA II/15, p. 263-329 [MEW 25, p. 278-349; *O capital III*, p. 309-81].

²⁶ Ver MEGA II/4.3. Esse volume abrange o trabalho de Marx entre 1867 e 1868.

²⁷ “Im Buch III kommen wir zur Verwandlung des Mehrwerts in seine verschiedenen Formen und gegeneinander getrennten Bestandteile” [MEW 32, p. 70]. Essa carta ainda não foi publicada pela MEGA.

²⁸ Ver, por exemplo, carta de Marx a Engels de 23 de julho de 1877 [MEW 34, p. 52-4]; e a Danielson de 10 de abril de 1879. Além de analisar detalhadamente a crise da época em seu aspecto monetário, ele diz a Danielson que está lendo um livro de Kaufmann sobre o sistema bancário e pede sua opinião sobre “a melhor obra russa a respeito de crédito e bancos” [MEW 34, p. 375].

terra, é bem conhecido que Marx chegou a aprender russo para poder estudar as tensas condições agrárias da Rússia depois da abolição da servidão em 1861. Mas nem por isso consta que a posição da renda no estudo da distribuição geral do mais-valor tenha sofrido alguma modificação.

Assim como o trabalho posterior de Marx não alterou o princípio estruturante do Livro III, o trabalho de edição de Engels também não o fez, por mais que ele tenha contrabandeado a sua própria visão para dentro da obra do amigo. E é esse princípio que importa, completando o pensamento crítico de Marx sobre o capitalismo e a economia política. É inegável que a obra não ficou pronta e que talvez tivesse passado por importantes mudanças, até na concepção geral. Mas isso é impossível de saber. O que sabemos é que o plano de 1864-1865 não foi anulado por nenhum escrito subsequente de Marx. De acordo com esse plano, o princípio da produção do valor pelo trabalho, que norteia o Livro I e o Livro II, compõe uma “articulação dialética” com o princípio norteador do Livro III, que se afasta progressivamente do trabalho em direção à propriedade privada e, com isso, oculta e inverte o princípio do valor criado pelo trabalho no da distribuição do mais-valor entre capitalistas, conforme a dimensão de sua propriedade direta ou indireta dos meios de produção. Esse ocultamento e essa inversão voltam aos conceitos do próprio Livro I, que em geral são entendidos como definitivos pelos intérpretes de Marx. Veremos adiante, na terceira parte deste livro, como o conceito mesmo de dinheiro se altera com a transformação de valores em preços e com os desdobramentos do capital a juros. Mais ainda, veremos como o conceito de mercadoria, na qual a obra tem seu ponto de partida, muda de conteúdo e de sentido social com a passagem pelos conceitos determinantes da renda.